



LUZES DE MAIO: a participação feminina em Muzambinho na eleição de 1933

Alice L. S. CARVALHO¹; Marcos R. CÂNDIDO²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o percurso do voto feminino no Brasil durante a década de 1930, com ênfase no processo eleitoral de 1933 ocorrido em Muzambinho e nas tentativas de impedir a participação das mulheres nesse cenário. O estudo se baseia em análises de edições de jornais locais dos anos de 1931, 1932 e 1933, além de documentos eleitorais da Câmara Municipal de Muzambinho. Sendo o semanário em questão uma publicação do Partido Republicano Mineiro que circulou em Muzambinho entre os anos de 1920 e 1940, um órgão de caráter político que tem importante papel na compreensão da atuação dos políticos locais. A metodologia aplicada é baseada na leitura e análise bibliográfica, levantamento documental, produção de artigos e desenvolvimento de material didático como Webjogo. Espera-se que este trabalho contribua com o entendimento sobre a participação feminina no processo eleitoral de Muzambinho e os desafios enfrentados pelas mulheres no contexto político a partir da década de 1930.

Palavras-chave: Feminismo; Voto; História; Direito; Brasil República.

1. INTRODUÇÃO

A visão de que as mulheres eram representadas na política por seus pais, irmãos e maridos era comum e, aos poucos, o reconhecimento da igualdade de gênero foi abrangendo diversos países em diferentes proporções e formas. No Brasil, esse movimento intensificou-se durante as décadas de 1920 e 1930, culminando com a conquista do voto feminino na eleição de 3 de maio de 1933.

As luzes de maio de 1933 indicavam a primeira participação feminina na escolha de representantes da Assembleia Legislativa, que seria responsável pela elaboração e aprovação da nova Constituição Brasileira. A chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, após a deposição do então presidente Washington Luís, indicou mudanças no cenário político do Brasil. Apesar das grandes movimentações políticas do início do governo, sabemos que as mulheres ainda eram tidas como observadoras da cena política. Com as reformulações das leis eleitorais no início da década de 1930, grupos feministas, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre outros, foram até Vargas e solicitaram que o direito de votar chegasse às mulheres brasileiras.

¹Discente do Técnico em Informática Integrado, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho.
E-mail: alice.laura@alunos.ifsuldeminas.edu.br

²Orientador, IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. E-mail: marcos.candido@ifsuldeminas.edu.br

A pesquisa é relevante, pois acrescenta aos estudos sobre a participação feminina na construção da Constituição de 1934 análises sobre como se organizaram os movimentos iniciais da efetiva participação das mulheres no processo eleitoral brasileiro e as repercussões na comunidade local, em especial, uma possível tentativa de desmobilizar e impedir o voto das mulheres. Dessa maneira, a proposta viabiliza a compreensão da participação feminina na temática em estudo, possibilitando a criação de uma concepção própria sobre a luta das mulheres em busca do seu direito político-eleitoral, em especial no município de Muzambinho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A extensão do direito de voto às mulheres veio em 1932, como descreve nossa historiografia. A aparência de voto incondicional e de cidadania plena para as mulheres enfrentou embates. Muitos articuladores do Código Eleitoral defendiam o voto apenas para mulheres com atividades remuneradas (LIMONGI et al., 2019). Os trabalhos constitucionais de 1934 também expuseram a insatisfação de muitos com o voto feminino. Alguns enfatizavam que o lugar da mulher era o lar, como mostra Lino de Moraes:

“Sou contrário a essa ideia feminista: o voto dado pelo representante legal da sociedade conjugal deve corresponder ao voto da família. O lugar da mulher é principalmente no lar e, sobretudo, ela não deve participar pessoalmente de lutas que põem em perigo a paz doméstica. Como há, porém, algumas que não pensam dessa forma, dê-se-lhes capacidade política, mas não se obriguem ao voto.” (ANAIS DA CONSTITUINTE DE 1934, v. XVIII, p. 406)

A luta por direitos igualitários entre os gêneros é um desafio constante. Apesar do direito ao voto, reconhecer que ambos os sexos deveriam cumprir com os mesmos direitos e deveres civis ainda não se efetivou plenamente. Joan Scott reflete:

“Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social.” (SCOTT, 2002, p. 26)

Os estudos e nossa base teórica apontam que, apesar dos direitos conquistados, participar dos processos eleitorais e, sobretudo, eleger-se, ainda é uma tarefa árdua e, em Muzambinho (1933), a participação feminina quase foi impedida por movimentos contrários ao exercício da cidadania pelas mulheres.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir o objetivo deste trabalho, serão realizadas três etapas metodológicas. A primeira envolve a análise da literatura sobre a conquista do voto feminino no Brasil, com pesquisas bibliográficas que servirão de base para a pesquisa documental. A segunda etapa consiste no trabalho de campo, com levantamento de fontes nos acervos históricos de Muzambinho, como a Câmara Municipal, a Comarca, o Setor de Patrimônio Histórico e três edições principais de jornais locais. Por fim, na terceira etapa, serão realizadas entrevistas com moradores do município que possam contribuir com informações ou relatos sobre o período, visando preservar essas fontes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e bibliográfica, conjuntamente as discussões realizadas até o momento, permitiu a estruturação de um panorama histórico da luta feminina na política brasileira, destacando o papel dos movimentos feministas na conquista e manutenção do direito ao voto. Analisamos também os conflitos e resistências sociais causados pela participação das mulheres no processo eleitoral de 1933, refletindo a complexidade da adequação das mulheres no espaço público e social.

Como conclusão prática e resultado final da pesquisa, a partir do embasamento teórico e do trabalho de campo será desenvolvido um webjogo narrativo que tem início com o personagem-jogador em sua campanha eleitoral em Muzambinho. Enquanto o personagem realiza pesquisas sobre a história do voto feminino na cidade, ele é transportado para o passado, exatamente para o período investigado. Nesse “novo” mundo o jogador encontrará uma série de missões, que envolvem a solução de enigmas e perguntas, baseadas na leitura dos materiais históricos colhidos. Ao avançar nas fases o jogador acumulará recursos, como documentos ou títulos que servirão como ferramenta para seu retorno. O objetivo final é coletar todos os itens para completar a missão e voltar ao tempo presente, dessa maneira sendo uma experiência lúdica e educativa para promover o contato com a pesquisa realizada.

5. CONCLUSÃO

Essa proposta visa não apenas difundir o conhecimento histórico sobre a conquista do voto feminino, mas por meio do jogo, proporcionando recursos lúdicos e educativos, despertando um engajamento dos jovens pela história local, estimulando o questionamento e pensamento crítico do processo de cidadania nacional. Além disso, destaca-se a valorização da memória da luta feminina, fortalecendo a história das mulheres brasileiras e seu papel social.

Nesse contexto, espera-se que essa pesquisa contribua não somente na valorização da participação feminina na política, mas também para fomentar novas análises, produções

documentais e estudos relacionados ao tema. Sendo um meio de cooperação com os documentos sobre a História do Brasil, especialmente no período da presidência de Getúlio Vargas, além de contribuir para a construção de uma identificação para indivíduos com a temática regional e institucional. Dessa maneira, enriquecendo os trabalhos de interpretação da participação feminina no processo eleitoral de Muzambinho a partir da década de 1930, ampliando a pesquisa acadêmica e fortalecendo a união entre memória, educação e história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Vol. XVIII.

LIMONGI, Fábio; OLIVEIRA, Valéria A.; SCHMITT, João Carlos. O Brasil e o voto feminino: avanços e contradições do período Vargas. São Paulo: Editora Política e Cidadania, 2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 25–49, jul./dez. 2001.